



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

www.pmfi.pr.gov.br



MEMORANDO INTERNO		
Emitente:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / DVCLO - DIVISÃO DE COMPRAS E LOGÍSTICA	Data: 02/02/2026
Destinatário:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / DVCLO - DIVISÃO DE COMPRAS E LOGÍSTICA .	Número:
Assunto:	RESPOSTA AO PARECER JURIDICO Nº 63/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6580/2026	6145/2026

Prezados,

Em resposta ao parecer jurídico nº 63/2026, referente ao Processo Administrativo nº 6580/2026, que tem como objeto “Aquisição imediata, por meio de Dispensa de Licitação em caráter emergencial, art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, de fórmulas nutricionais para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Foz do Iguaçu, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência para um período de 3 (três) meses”; No parecer jurídico exarado, temos a esclarecer que:

RESSALVA 01:

“Conforme demonstrado, os quantitativos solicitados superam o consumo médio recente em aproximadamente 2% (dois por cento), no caso da fórmula infantil de partida, e 6,8% (seis vírgula oito por cento), no caso da fórmula infantil com proteína extensamente hidrolisada. Embora essas variações não se revelem, por si sós, expressivas ou desarrazoadas, a adoção demanda fundamentação técnica mínima, apta a esclarecer as razões objetivas para o acréscimo, sendo exemplos: oscilações sazonais de demanda, risco de desabastecimento, margem de segurança logística ou outras circunstâncias concretas.

A ausência de explicitação dessas premissas, ainda que em contexto de emergência, fragiliza a demonstração da proporcionalidade do quantitativo estimado, na medida em que a contratação emergencial deve ater-se estritamente ao necessário para o enfrentamento imediato da situação excepcional, nos termos da legislação aplicável.

Dito isso, é altamente recomendado que a origem complemente a instrução com justificativa específica e objetiva quanto às margens adotadas, ou, alternativamente, promova o redimensionamento dos quantitativos para alinhá-los de forma estrita ao consumo médio projetado para o período emergencial.”

Os quantitativos determinados no TR nº 620/2026 foram definidos com base no consumo médio recente apurado, acrescido de margem mínima de segurança logística, necessária para



Autenticado com senha por Barbara Alana Pereira Seuchuco - APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO I - 02/02/2026 às 13:45:36, FABIO DE MELLO - SIGNATÁRIO - 02/02/2026 às 13:50:02, CARLOS EDUARDO RODRIGUES OLIVEIRA SANTOS - COORDENAÇÃO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DIAT - 02/02/2026 às 13:53:41 e RICARDO JOSÉ MOREIRA CAMARGO - DIRETOR FINANCEIRO SMSA - 02/02/2026 às 14:00:21

Documento Código: 0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9>



0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9

assegurar a continuidade do atendimento aos pacientes durante o período emergencial, considerando-se, sobretudo, a natureza essencial dos itens e o risco concreto de desabastecimento. As variações identificadas no parecer, da ordem aproximada de 2% e 6,8% em relação ao consumo médio, não se revelam excessivas ou desproporcionais, situando-se dentro de parâmetros razoáveis de planejamento para insumos de fornecimento contínuo e sensível à oscilação de demanda.

Cumprir destacar que a definição dos quantitativos não se deu de forma abstrata ou aleatória, mas levou em consideração, de maneira determinante, as apresentações comerciais efetivamente disponíveis no mercado fornecedor. Os produtos objeto da contratação são comercializados em embalagens padronizadas, com volumes e gramaturas fixas, o que impede, na prática, o fracionamento exato dos quantitativos estritamente equivalentes ao consumo médio mensal. Assim, o ajuste dos quantitativos ao múltiplo das embalagens comercializadas constitui requisito técnico indispensável para a viabilidade da contratação, evitando tanto o fornecimento insuficiente quanto a aquisição de unidades inutilizáveis ou incompatíveis com a logística de distribuição e dispensação.

Nesse sentido, eventual redução matemática dos quantitativos para aderência estrita ao consumo médio projetado poderia resultar em ineficiência administrativa, pois acarretaria a necessidade de fracionamentos inviáveis, contrariando os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a contratação emergencial deve, por imposição legal, limitar-se ao estritamente necessário para o enfrentamento da situação excepcional, o que não se confunde com a adoção de quantitativos mínimos absolutos, mas sim com aqueles suficientes e adequados para afastar o risco concreto identificado. Sob essa perspectiva, os quantitativos previstos no TR nº 620/2026 são compatíveis com o período de vigência da contratação emergencial, não configurando ampliação indevida do objeto nem desvio de finalidade.

RESSALVA 02:

“Caso o ETP apresentado seja uma versão resumida, isto é, limite-se aos requisitos mínimos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021, deve a origem justificar os requisitos não aplicáveis à hipótese.”

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) não está em versão resumida, atendendo os requisitos mínimos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do art. 18 §2º, da Lei nº 14.133/2021, com todas as justificativas exigidas quanto a requisitos não aplicáveis, quando cabível.

RESSALVA 03 e 04:

“Apesar disso, deve a origem esclarecer se, quanto à coleta no Compras.gov.br, Banco de Preços em Saúde (BPS) e Banco de Preços da Plataforma Negócios Públicos, houve atualização monetária pelo IPCA, desde a data da contratação ou aquisição original até a data da pesquisa, conforme exigido nos incisos I e II do art. 104 do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e a exemplo do realizado no levantamento de contratações anteriores da Administração. (RESSALVA Nº 03).

Do mesmo modo, deverá o responsável pela pesquisa atestar o estrito



cumprimento do roteiro do art. 104, §10º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, o qual prevê cautelas a serem observadas na pesquisa junto Banco de preços em Saúde (BPS), a seguir listadas: I - deverão ser priorizados os preços de compras praticadas no Estado do Paraná; II - não havendo histórico de pesquisa do item no período selecionado, a pesquisa poderá ser ampliada para os demais Estados; III - serão utilizados os preços obtidos de compras realizadas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços; IV - se for obtida mais de uma referência no BPS, oriunda de cidades e contratações distintas, tais valores poderão ser utilizados como referências de preços, fazendo-se constar a data da contratação ou licitação, o fornecedor e a cidade correspondente; V - se utilizada a média ponderada será vedada a utilização de compras individuais já contempladas na média ponderada. (RESSALVA 04).”

Conforme justificado na Caracterização das Fontes de Pesquisa consultadas “Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da ING 65/2021–SEGES/ME e o disposto na legislação municipal (Decreto Municipal nº 32.397/2024 e Decreto Municipal nº 32.398/2024): contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório e sistemas oficiais de governo, como Compras.GOV, Banco de Preços Negócios Públicos BPSNP e BPS SIASG, observado o índice de atualização de preços correspondente com IPCA, quando necessário. No caso de consulta de sistemas oficiais do governo e aplicação de metodologia de média saneada na planilha comparativa de preços que segue em anexo, a metodologia foi utilizada a nível de comparação para atestar que os valores conseguidos através de cotações diretamente com fornecedores estão de acordo com valores praticados no mercado de movimento geral e que não há supervalorização por se tratar de aquisição através de dispensa emergencial, e não para determinação do valor de referência. A partir dessa análise, foi determinado como valor de referência a cotação que apresentou MENOR VALOR para cada um dos itens.

No caso apresentado, todos os valores em que houve aplicação de correção por IPCA estão devidamente informados da tabela de fontes consultadas da página nº 4 da Declaração de Cotação de Preços nº 470/2026 e Planilha Comparativa do Anexo I.

Tanto a caracterização das fontes quanto a metodologia utilizada (seleção do menor preço) para determinação do valor de referência estão formalmente descritos no documento de Declaração de Cotação de Preços nº 470/2026. Essa Divisão de Compras e Logística entende que atendeu ao disposto no art. 104, §10º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024 e nada mais tem a complementar.

RESSALVA 05:

“Todavia, não há identificação objetiva da presente demanda [ainda que na forma de licitação regular], mediante menção ao número do DFD cadastrado no Sistema do Gov Plan, descrição do objeto, valor estimado, bem como da respectiva página do PCA em que a contratação está prevista, elemento que deve ser esclarecido.”

As fórmulas nutricionais objetos deste ETP estão expressamente previstas no PCA 2026 do



Município (DFD nº 144/2026, pagina nº 11) e o ETP nº 30/2026 foi devidamente retificado e segue em anexo para a devida correção conforme apontado na ressalva nº 05 deste parecer.

RESSALVA 06:

“Em cumprimento à ressalva anterior, recorrente nas manifestações jurídicas desta Especializada, verifico que houve elaboração de documento nominado Declaração de Ciência aos Termos de Referência, subscrito digitalmente pelo responsável pela contratada, José Arthur Campanari Lorenzetti, inscrito no CPF nº 220.718.768-30.

b) Memoro que, caso haja conclusão de processo licitatório para nova aquisição ou regularização do fornecimento via Secretaria de Estado da Saúde (SESA) do Paraná, o procedimento de dispensa emergencial deve ser extinto, conforme entendimento do Acórdão nº 3478/20185 do TCU. Do mesmo modo, a contratação deve se restringir ao quantitativo estipulado, sob risco de desvirtuamento da finalidade.”

A fim de atender à orientação do Acórdão nº 3478/2018, prevemos a não prorrogação do presente contrato visto se tratar de compra emergencial e o quantitativo observado abrange apenas o período limite de 03 (três) meses até conclusão de novo processo licitatório.

Entendemos que tal impossibilidade fica implícita na escolha da modalidade considerando suas características para atendimento pontual e que está descrita no processo já desde a sua definição de objeto de contratação.

RESSALVA 07:

“Inexiste documentação que comprove a deflagração de novo processo licitatório para a finalidade em tela. Destaco a imprescindibilidade de urgência no trâmite da nova licitação, com vistas a suprir a necessidade de forma definitiva, atendendo as demais recomendações aqui inseridas. Nesse sentido, deverá ser acostado ao processo documento pela Diretoria de Licitações e Contratos (DILC) demonstrando o andamento (ou não) da contratação do referido objeto por regular licitação.”

Informamos que um processo de aquisição para um período de 12 meses para as fórmulas infantis se encontra em fase interna de licitação, com a elaboração dos documentos pertinentes do processo licitatório. Como comprovação, temos a publicação de portaria de gestor e fiscal de contratos para a contratação citada (Portaria nº 83.659 e DFD nº 01/2026 – em anexo) que abrange a fórmula infantil de partida (código CATMAT nº 453662).

Já a fórmula infantil extensamente hidrolisada (código CATMAT nº 435949) está incluída na nova licitação de medicamentos e produtos para saúde da SMSA, que está na fase inicial de elaboração de documentos da fase interna.

RESSALVA 08:

“d) Repiso que o artigo 75, §6º, da Lei nº 14.133/2021 impõe a necessidade de identificar e responsabilizar eventuais agentes que deram causa à emergência, de modo a evitar a perpetuação de condutas negligentes ou incompatíveis com a boa administração.



Por consequência, a apuração de responsabilidade não pode ser tratada como mera formalidade, mas sim como medida essencial para a transparência e a correção de falhas administrativas. O não cumprimento desse dever pode, inclusive, caracterizar erro grosseiro por parte da gestão, sujeitando os responsáveis às consequências legais cabíveis.

A esse respeito, impõe-se consignar que, embora formalmente caracterizada a situação emergencial, há indícios relevantes de falhas graves no planejamento e na gestão contratual antecedente, as quais concorreram diretamente para o cenário de desabastecimento que ora se busca remediar.

(...)

Dessa forma, embora a contratação emergencial ora analisada se revele necessária para evitar dano imediato à continuidade da assistência prestada pela rede municipal de saúde, a situação de emergência não decorre de evento imprevisível ou inevitável, mas de sucessão de impropriedades procedimentais, omissões no planejamento e falhas de acompanhamento da contratação vigente, integralmente imputáveis à Administração contratante.

Nesse cenário, a apuração prevista no art. 75, §6º, da Lei nº 14.133/2021 não pode ser tratada como providência meramente protocolar, devendo a Administração avaliar, de forma rigorosa, as causas que conduziram à necessidade da dispensa emergencial, inclusive quanto ao eventual descumprimento de orientações jurídicas previamente exaradas, à ausência de adoção de medidas menos gravosas e à responsabilidade funcional dos agentes envolvidos, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a quem compete a análise quanto à ocorrência de falhas graves de gestão ou planejamento.

Em suma: esta Procuradoria recomenda que sejam tomadas providências no sentido de avaliar os motivos pelos quais incorreu-se em situação emergencial, inclusive apurando eventual falha na gestão, planejamento, cotação de preços, desídia ou incúria administrativa, bem como medidas concretas no sentido de corrigir eventual vício ou motivo que colocou em risco o fornecimento dos itens em questão.

Inicialmente, cumpre registrar que a recomendação de apuração das causas que ensejaram a situação emergencial, nos termos do art. 75, §6º, da Lei nº 14.133/2021, é acolhida como medida transparência e aperfeiçoamento da gestão pública, não se confundindo, contudo, com juízo automático de responsabilização funcional de unidades ou agentes específicos. O referido dispositivo legal impõe à Administração o dever de analisar as circunstâncias que deram causa à emergência, precisamente para evitar a repetição de falhas estruturais e fortalecer o planejamento das contratações futuras. Nesse contexto, é imprescindível consignar que a Divisão de Compras e Logística – DVCLO atuou estritamente dentro das atribuições que lhe são legal e administrativamente conferidas. A definição da necessidade da contratação, a mensuração da demanda e a estimativa dos quantitativos constituem competências primárias da área requisitante e gestora da política pública, cabendo à DVCLO o papel de unidade de apoio técnico-administrativo na consolidação dos artefatos da fase interna, especialmente TR, com base nas informações formalmente prestadas pelas áreas técnicas



demandantes.

Ressalte-se que a DVCLO não detém competência para definir, revisar ou validar quantitativos de consumo, tampouco para gerir o acompanhamento material da execução de atas de registro de preços ou contratos, atribuições estas vinculadas às áreas finalísticas responsáveis pela política pública, no caso concreto, à Coordenação Emulti da DIAT, vinculada ao Programa Municipal de Nutrição. Tal distinção funcional é coerente com o princípio da segregação de funções, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e reiteradamente recomendado pelos órgãos de controle como mecanismo de mitigação de riscos administrativos.

Importa, ainda, contextualizar que o PE nº 068/2025 foi elaborado em período marcado por alterações relevantes na composição das equipes técnicas, tanto no âmbito da DVCLO quanto na Coordenação Emulti. Essas mudanças impactaram a continuidade do fluxo informacional e o acompanhamento histórico da demanda, especialmente no que se refere à execução e à gestão da respectiva Ata de Registro de Preços. Tal circunstância não configura, por si só, falha funcional individualizada, mas sim fragilidade organizacional transitória, típica de processos administrativos complexos que envolvem múltiplas unidades e sucessivas transições de pessoal.

No tocante às ressalvas consignadas no Parecer nº 582/2025, citado no Parecer nº 63/2026, é fundamental consignar que a atuação da DVCLO, à época da instrução do PE nº 068/2025, deu-se com base nas informações técnicas e nos quantitativos formalmente apresentados pela área demandante, estruturados para uma contratação regular com vigência estimada de 12 (doze) meses, conforme a lógica própria do SRP. A definição do consumo projetado, do perfil da demanda e das premissas assistenciais que embasaram tal planejamento não integrou o âmbito decisório da DVCLO, que se limitou a consolidar tecnicamente os artefatos da fase interna a partir dos dados oficialmente fornecidos, em estrita observância ao princípio da segregação de funções e à presunção de legitimidade dos atos administrativos internos.

Enfatizamos também que, considerando a complexidade de um processo licitatório para registro de preços, houve erro material quanto ao atendimento integral de apontamento pertinente feito pela PGM quanto a possibilidade de antecipação de renovação da Ata de Registro de Preços (ARP).

Ainda assim, mesmo que se admitisse a possibilidade jurídica de prorrogação antecipada da ARP ou de renovação dos quantitativos originalmente registrados, nos termos do art. 238 do Decreto Municipal nº 32.398/2024, tal medida, no caso concreto, não se mostraria suficiente para equacionar de forma adequada o problema efetivamente instalado. Isso porque o cenário enfrentado pela SMSA não decorreu apenas da proximidade do término da vigência da ata, mas sobretudo de um aumento superveniente e relevante da demanda pelos itens nutricionais, decorrente de fatores assistenciais e clínicos vinculados à execução do Programa Municipal de Nutrição e do SAE, os quais extrapolaram as premissas originalmente consideradas no planejamento do certame regular.

Ainda que pertinentemente apontado como possibilidade pela PGM desde o Parecer nº 582/2025, nesse contexto, eventual renovação antecipada da ARP teria efeito tão pontual e limitado e quanto a dispensa emergencial que se pretende contratar aqui, sendo igualmente incapaz de absorver, com segurança e regularidade, o acréscimo da demanda verificado, reproduzindo, em curto espaço de tempo, o risco de novo desabastecimento. Sob esse prisma, a adoção da contratação emergencial, embora excepcional, revelou-se medida proporcional, adequada e necessária para assegurar a



0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9



continuidade do serviço público essencial, em consonância com o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, não se podendo afirmar que a alternativa da renovação da ata constituísse solução estruturalmente mais eficiente ou menos gravosa.

Registre-se, ademais, que a opção pela dispensa emergencial não implicou afastamento do dever de observar a vantajosidade econômica, a razoabilidade e a economicidade, princípios expressamente previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A análise comparativa entre os valores praticados no Pregão Eletrônico nº 068/2025 e aqueles constantes do Termo de Referência nº 620/2026 evidencia que os preços atualmente contratados permanecem compatíveis com os parâmetros de mercado e com a realidade inflacionária do período, não havendo incremento desproporcional ou injustificado que caracterize prejuízo ao erário.

Ao contrário, a pesquisa de preços realizada para a dispensa emergencial observou os critérios legais e regulamentares aplicáveis, refletindo valores atualizados e condizentes com a conjuntura econômica vigente, de modo que a contratação emergencial preserva a vantajosidade global da contratação.

Dessa forma, não se verifica, no caso concreto, violação aos princípios da economicidade, da eficiência ou do planejamento, tampouco conduta omissiva imputável à SMSA, sendo a contratação emergencial medida excepcional, porém juridicamente adequada, proporcional e alinhada ao interesse público primário.

A Secretaria Municipal da Saúde reconhece a necessidade de fortalecimento dos fluxos internos de planejamento, comunicação e acompanhamento das contratações, especialmente aquelas vinculadas a políticas públicas sensíveis. Nesse sentido, há comprometimento institucional com a revisão e o aprimoramento dos procedimentos internos, incluindo maior integração entre as áreas demandantes e as unidades de apoio administrativo, padronização e qualificação dos documentos de fase interna com documentação formalmente embasada, clara e fundamentada de quantitativos, aprimoramento do controle e monitoramento da execução das Atas de Registro de Preços, devida revisão dos documentos de planejamento em compatibilidade à apontamentos realizados pela PGM a fim de tornar o processo cada vez mais eficiente, e adoção de medidas de transição e registro técnico que mitiguem impactos decorrentes de alterações de equipes.

Dessa forma, entende-se que a apuração recomendada pelo art. 75, §6º, da Lei nº 14.133/2021 deve ser conduzida com enfoque sistêmico e corretivo, voltada à melhoria contínua da gestão e à prevenção de novas situações emergenciais, sem prejuízo da preservação da segurança jurídica e da proteção funcional das equipes que atuaram dentro dos limites de suas atribuições legais.

Feito essas considerações, encaminham-se os documentos citados e opinamos pelo regular seguimento do presente processo.

Atenciosamente,



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **MEMORANDO INTERNO**

Número: **6.145/2026**

Assunto: **RESPOSTA AO PARECER JURIDICO Nº 63/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6580/2026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.
Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
0aaf2931-5379-49b3-8c01-61b796940fa9

Hash do Documento

35F2F2EA8C4F06F5EFACD3AE65349CBD9031BDE20E27C6E8DCA30480ABB2336E

Anexos

- 2. ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- Nº 30-2026.pdf - **1b993cbc-f1b8-4b67-9592-71dd84aa73e7**
- 5. PORTARIA 83.659 DE GESTOR E FISCAL.pdf - **49113e31-89ff-4ca8-b1e4-e71f275b66c3**
- 1. DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA- Nº 1-2026.pdf - **0c8d50c1-a8f8-48f3-9577-b28c43726b1d**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/02/2026 é(são) :

Barbara Alana Pereira Seuchuco (Signatário) - CPF: ***57560940** em 02/02/2026 13:45:36 - **OK**
Tipo: Assinatura Eletrônica

CARLOS EDUARDO RODRIGUES OLIVEIRA SANTOS (Signatário) - CPF: ***15843994** em 02/02/2026 13:53:41 - **OK**
Tipo: Assinatura Eletrônica

RICARDO JOSÉ MOREIRA CAMARGO (Signatário) - CPF: ***66504911** em 02/02/2026 14:00:21 - **OK**
Tipo: Assinatura Eletrônica

FABIO DE MELLO (Signatário) - CPF: ***34638984** em 02/02/2026 13:50:02 - **OK**
Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.